



Fotos: Ana Castro

Conanda dá posse ao novo vice-presidente do Colegiado

Além da posse foram aprovadas quatro notas públicas e o calendário de reuniões do Conselho para 2019

Luís Carlos Martins Alves Júnior é o novo vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH). A posse ocorreu durante a 275ª Assembleia Ordinária do Conanda realizada em Brasília, nos dias 29 e 30/08. Na mesma oportunidade o Conselho aprovou o calendário das reuniões do colegiado para 2019 e as notas públicas:

manifestando-se sobre a Lei da Alienação Parental (Lei-Nº 12.318 de 2010); sobre a abertura de um novo concurso público para a carreira de Auditor - Fiscal do Trabalho; em repúdio a declarações, feitas por candidatos às eleições gerais do país, contrárias aos direitos de crianças e adolescentes; e em repúdio à reforma do ensino médio e à base nacional comum curricular.

Durante a sua primeira participação como membro do Conselho, Luís Carlos Alves Jr., ao reforçar o compromisso de prosseguir com o trabalho conjunto entre Conselho e SNDCA para a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, disse estar tranquilo quanto a manutenção da garantia de direitos e avanços para a política da infância e adolescência no país. Para ele, “os que tentarem

atentar contra o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos garantidos por Lei encontrarão trincheira e resistência na sociedade”, afirmou o vice-presidente ao se referir aos esforços das mais diversas áreas dos três poderes do Estado, Ministério Público e Sociedade Civil para conquistar os direitos previstos no Estatuto.

Outro destaque da 275ª Assembleia foi a aprovação de mais de 1,5 milhão em recursos para a realização da etapa nacional da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA), que reunirá delegados eleitos em todo o Brasil, na capital, em outubro de 2019.



Acesse os textos das Notas Públicas do Conanda, fotos e mais informações sobre a 275ª Assembleia Ordinária do Conanda no Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (www.direitosdacrianca.gov.br)

Destaques das Comissões Permanentes

- No âmbito da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) foi destaque a aprovação da Nota Pública pelos 28 anos do ECA, divulgada durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; e a apresentação da versão para teste da plataforma digital de participação de adolescentes, ferramenta de participação digital que será testado em breve pelos adolescentes que compõem o Comitê de Participação de Adolescente (CPA);
- A Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) elaborou e aprovou em plenária duas notas públicas: a primeira nota trata do posicionamento do Conanda sobre a Lei da Alienação Parental (Lei- Nº 12.318 de 2010) e a segunda foi em repúdio a declarações, feitas por candidatos às eleições, contrárias aos direitos de crianças e adolescentes;
- Foi destaque na Comissão de Políticas Públicas (CPP) o debate quanto a instituição, em caráter permanente, de Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária e a aprovação das notas públicas: sobre a necessidade de abertura de concurso público para a carreira de Auditor - Fiscal do Trabalho com o objetivo de fortalecer e ampliar a atuação destes profissionais na fiscalização e combate ao trabalho infantil em todo o país e em repúdio a baixa participação da sociedade civil e órgãos vinculados no debate da educação e construção da nova base nacional curricular comum do ensino médio;
- A Comissão de Orçamento e Finanças (COF) debateu e aprovou o aporte de mais de 1,5 milhão em recursos para a realização da Etapa Nacional da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA).



Audiência Pública na Câmara dos Deputados Celebra 28 Anos do ECA

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 29/08 audiência pública em celebração aos 28 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sobre o tema: Sistema de Garantia de Direitos, a Audiência contou com a participação dos conselheiros do Conanda, organizações da sociedade civil, parlamentares, adolescentes e demais organismos envolvidos, direta e indiretamente, com a promoção, garantia e defesa dos direitos de criança e adolescentes no Brasil.

Durante a Audiência esteve no centro do debate as formas de garantir e ampliar os direitos previstos no Estatuto. O presidente do Conanda,

Marco Antonio Soares, ao fazer a leitura da nota pública do Conselho sobre estes 28 anos de vigência do Estatuto, enumerou as conquistas, mas também as preocupações e demandas urgentes para a política da infância e da adolescência no Brasil. Ao solicitar o apoio do legislativo no sentido de não permitir retrocessos destes direitos conquistados, o presidente reforçou, entre as demandas mais urgentes, a ausência de autorização de gasto nas recentes Leis Orçamentárias Anuais para os recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, o que impede que haja mais investimento em ações de promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Para o Presidente do Conanda, "Não existe política pública sem financiamento". Soares enfatizou ainda que "é preciso agir e ter mais unidade nas

ações e na luta para garantir os direitos conquistados e garantidos pelo Estatuto, além de permanecer resistindo aos retrocessos”.

O vice-presidente do Conanda e secretário nacional dos direitos da criança e do adolescente, Luís Carlos Alves Jr., afirmou que, após quase três décadas, o ECA já se consolidou como um importante avanço social, “o Estatuto da Criança e do Adolescente é a maior conquista evolutiva da civilização brasileira”, afirmou.

A conselheira do Conanda e representante do conselho no Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente, Glícia Salmeron, lamentou a falta de políticas públicas para garantir os direitos previstos no



estatuto mesmo após 28 anos de sua promulgação, e ressaltou que crianças e adolescentes ainda não são vistos pelo poder público como sujeitos de direito. Para a conselheira, representante da OAB no Conanda, devemos parar “de ficar modificando o Estatuto da Criança e do Adolescente para justificar aquilo que o Estado brasileiro não faz”.

Já a deputada Erika Kokay (PT-DF), alertou para a fragilidade dos direitos de crianças e adolescentes em meio às ameaças prementes aos direitos humanos no país. A deputada enfatizou ainda, parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade, que “as leis só não bastam, porque os lírios não nascem das leis, mas são marcos legais importantes que servem como instrumento para que se assegure os direitos, particularmente de crianças e adolescentes”.